

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA USP

Está em andamento. E a comunidade não foi convidada para a discussão

Em maio de 2002, o Conselho Universitário (CO) aprovou uma importante mudança no Regimento Geral da USP: a avaliação docente foi substituída por avaliação institucional. Essa alteração regimental representou um avanço ao vir de encontro ao posicionamento defendido pela Adusp de que a avaliação individual não deve se dar de modo centralizado, sob pena de vermos repetirem-se as arbitrariedades, injustiças e abusos cometidos pela CERT.

Em abril de 2002, Reitoria e Adusp haviam debatido a questão da avaliação na universidade. Nesta ocasião, os representantes da Adusp manifestaram sua convicção de que uma proposta de avaliação institucional deveria ser precedida de um amplo debate sobre a função social da universidade. A Reitoria comprometeu-se a promover tal debate antes do estabelecimento das diretrizes e perspectivas da avaliação institucional a ser coordenada pela nova Comissão Permanente de Avaliação (CPA).

Debate não aconteceu

Avaliar uma universidade envolve refletir acerca de suas funções sociais e analisar seu trabalho coletivo, tendo como referência um projeto. Há diferentes concepções de universidade bem como de ensino, pesquisa e extensão, e a construção, por parte da comunidade, de um projeto para a USP somente seria viável através de discussão ampla e democrática. O processo de avaliação da USP já está acontecendo sem que este debate tenha ocorrido, o que poderá

acarretar um aprofundamento de distorções hoje existentes.

O documento da CPA de junho de 2003, intitulado “Segundo Ciclo de Avaliação Acadêmica da USP”, contém um quadro (ver nesta página) com as “Diretrizes, Objetivos e Metas da Gestão Reitoral 2002-2005” e sugere que os planos de metas das unidades contemplem aqueles itens. O conjunto de intenções ali listadas não inclui discussão de procedimentos nem tampouco de concepções. Destaque-se que a ampliação do quadro docente não se encontra entre esses objetivos. Nessa perspectiva, o aumento da carga de trabalho dos professores, que já vem ocorrendo há algum tempo, será inevitável, ainda mais quando a primeira meta do conjunto mencionado é “ampliar o número de vagas de graduação”.

Aparentemente o roteiro para auto-avaliação das unidades e departamentos, proposto pela CPA, tem como referência não um projeto de universidade construído coletivamente e sim, essa listagem de intenções que inclui itens intrigantes como “ampliar o ensino à distância” e “intensificar a internacionalização da pós-graduação”, temas que seriam, para dizer o mínimo, polêmicos.

Vale ainda mencionar que essas metas deveriam ser construídas de modo democrático e descentralizado, podendo nesse caso tornarem-se legítimas enquanto da universidade como um todo, e não apenas de uma gestão.

De acordo com o cronograma apresentado pela CPA, a avaliação institucional teve

“Objetivos e Metas da Gestão 2002-2005”

1. Ampliar o número de vagas de graduação.
2. Diminuir a evasão dos alunos dos cursos de graduação.
3. Aperfeiçoar o desempenho acadêmico dos programas de pós-graduação e monitorá-los por meio de avaliação interna continuada.
4. Intensificar a internalização da pós-graduação.
5. Aumentar a cooperação entre os grupos de pesquisa nacionais e internacionais e ampliar a sua capacidade de resolver os problemas da sociedade.
6. Aperfeiçoar e expandir o programa de Iniciação Científica como instrumento de formação de recursos humanos competentes para geração de conhecimento.
7. Aperfeiçoar os procedimentos institucionais voltados à interação da Universidade com a sociedade nos campos da cultura, ciência, tecnologia e artes.
8. Valorizar os projetos de extensão desenvolvidos pelas Unidades de Ensino e Pesquisa, Museus, Institutos Especializados e Órgãos Centrais.
9. Ampliar o ensino à distância.
10. Aprofundar a política de avaliação institucional.

Fonte: CPA

início em março de 2003 com uma reunião com diretores de unidades. Desde então houve um conjunto de atividades incluindo reuniões com chefes de departamento, “treinamentos para a elaboração do planejamento”, entre outras. Porém, nenhuma delas garantiu a participação dos docentes na elaboração do processo de avaliação, resumindo-se à procedimentos burocráticos e técnicos sobre como elaborar e preencher questionários.

Até o final do ano as unidades deverão entregar seu planejamento para 10 anos, um prazo um tanto extenso e muito maior que o da gestão 2002-2005. É incompreensível que a universidade constitua suas metas para um período tão longo quanto uma década sem a necessária discussão coletiva sobre seu papel social, seu projeto e a vocação de cada uma de suas unidades.

Alerta geral

A CPA assume nos seus do-

documentos que as informações coligidas no processo de avaliação “serão utilizadas pelas Comissões Centrais e pelas várias instâncias da USP para a tomada de decisões associadas à contratação de docentes, gastos com investimentos, criação de cursos, etc.”. Embora também esteja dito que o processo deverá ter um caráter pró-ativo e não punitivo, focalizar a instituição e não o docente, além de prever a adoção de indicadores para acompanhamento das ações estabelecidas e respeitar as especificidades das unidades e departamentos, não está devidamente explicitado com quais critérios essa utilização se dará, nem os pesos que serão dados às diversas atividades-fim e o processo pelo qual serão respeitadas as especificidades das unidades e departamentos.

Essa realidade parece suficiente para alertar a todo docente, em particular aos diretores e chefes de departamento, que o processo de

avaliação institucional não pode se dar sem uma discussão mais aprofundada.

No cronograma da CPA, está prevista para 2004 a avaliação por pares externos. Repete-se assim uma fórmula utilizada na última avaliação departamental, que ainda não mereceu uma análise crítica de seus efeitos, que envolveu gastos muito grandes e cujos resultados e conseqüências são desconhecidos pela ampla maioria da comunidade.

Que fazer?

A Adusp entende que o processo de avaliação ora em curso não pode ser feito desse modo e propõe que a Reitoria, através da CPA, retome o compromisso de promover e coordenar um amplo debate na comunidade sobre o papel e a função da universidade pública na sociedade. A partir deste debate poderemos vislumbrar um projeto para a universidade, diretrizes para sua atuação e posterior avaliação.

“Dia do Professor” comemorado com festa pela Adusp Ribeirão Preto

No dia 15/10, no Restaurante do Lago do *campus* de Ribeirão Preto, a Adusp Regional promoveu uma festa em comemoração ao “Dia do Professor”, com a presença de mais de 70 docentes, que se esqueceram do estresse e caíram na dança.

Na oportunidade, a diretora regional da Adusp, professora Elenice Mouro Varanda, apresentou os membros do Conselho de Representantes (CR-RP, *foto menor*), os diretores da Adusp de Pirassununga, que também marcaram presença, e os funcionários da Adusp de Ribeirão Preto. Ela fez um pequeno discurso ressaltando o papel do professor na formação de cidadãos e a importância de se comemorar esse dia.

Segundo a professora Ana Lúcia Vianna Favaretto, docente aposentada da FMRP, foi a primeira vez que o “Dia do Professor” foi comemora-

do no *campus* de Ribeirão Preto. Fez uso da palavra, emocionada, assinalando que em toda a sua trajetória na USP — onde foi estudante de graduação, de pós-graduação e docente até sua aposentadoria — nunca viu uma comemoração desse tipo. Vários docentes cumprimentaram o CR-RP pela iniciativa.

Os docentes recém-contratados para os novos cursos do *campus* foram recepcionados como convidados especiais, e os aposentados foram também homenageados, por dedicarem uma vida inteira na construção da história da USP. Foram cerca de cinco horas de descontração.



Capes, campus da Zona Leste e privatização da USP, assuntos da Revista Adusp 31

A *Revista Adusp 31*, que circulará na primeira quinzena de novembro, traz matérias de fôlego sobre o ensino superior no Brasil. O tema da reportagem de capa é o papel desempenhado pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes) no fomento da pesquisa e na avaliação dos cursos de pós-graduação.

Uma extensa reportagem sobre o novo campus da USP na Zona Leste revela as incertezas da expansão e os anseios da população organizada, que espera e luta por um ensino superior público e de qualidade. Entrevista com o professor Otaviano Helene, ex-presidente do Inep, traz informações novas e surpreendentes sobre o Enem e o Provão.

A edição contém ainda um conjunto de reportagens sobre a atuação das fundações privadas “de apoio”, cujas receitas com cursos pagos, projetos e outros serviços vêm crescendo na mesma medida das inúmeras distorções que provocam.

O Plano Estadual de Educação (Proposta da Sociedade Paulista) já é projeto de lei

O PEE-PSP, para cuja elaboração o GT Educação da Adusp contribuiu de forma decisiva, tornou-se o Projeto de Lei, PL-1074, da Assembleia Legislativa de São Paulo e foi publicado no DOE de 21/10/2003. Foi assinado por 11 deputados, com justificativa apontando sua importância.

Como o projeto elaborado pela Secretaria de Educação (PL-1066) tem precedência, o próximo passo definido por estes deputados, com apoio do Fórum Estadual em Defesa da Escola Pública (FEDEP), do qual a Adusp faz

parte, é transformar o PL-1074 em emenda substitutiva ao projeto do governo.

No projeto do governo há várias metas que preocupam os educadores engajados por melhorias na educação do Estado, em particular em relação ao Ensino Superior, ao Ensino Médio e ao Ensino Profissionalizante.

O FEDEP está conclamando para uma atividade de pressão na Assembleia Legislativa no dia 4/11, às 14 horas.

Confira a “nossa” proposta para a educação no Estado de São Paulo no site www.adusp.org.br.

Reitoria reconhece direito à aposentadoria integral ou proporcional adquirido até promulgação da reforma

A Adusp, motivada pela insegurança do corpo docente relativamente ao posicionamento da universidade quanto ao direito de ser concedida a aposentadoria a servidor que tenha completado, antes de promulgada a reforma da previdência, os pressupostos para a sua aposentadoria (quer integral, quer proporcional), formulou consulta à Reitoria, para dirimir as dúvidas existentes.

Em resposta, a USP oficiou à Adusp, fundamentando-se no parecer da Consultoria Jurídica nº 1182/2003-RUSP para afirmar que, uma vez preenchidos os requisitos por parte do servidor para a concessão da aposentadoria, seja integral ou proporcional, ela torna-se direito adquirido do servidor, podendo ser requisitada, num caso ou em outro, mesmo após a reforma da previdência.

Não renovação de contrato de trabalho revela perseguição em departamento da Poli, diz professor

O professor Heber Ferreira Franco de Castro, da Escola Politécnica, entrará com ação judicial contra a decisão do Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos (PMR) de não prorrogar seu contrato de trabalho, tomada em 2/4/2003. O professor Heber Ferreira, que dá aulas na Politécnica há 15 anos, encaminhou documento ao diretor da unidade, professor Vahan Agopyan, denunciando a existência de um processo de perseguições e retaliações no PMR.

Na carta ao diretor, protocolada em 15/9, o professor Heber afirma que existe um “ambiente de desarmonia” no PMR: “Isso tem levado a um processo de retaliação e perseguição constante por parte do grupo da Mecatrônica, que detém o poder dentro do Departamento, em relação a professores do grupo de Sistemas Mecânicos. A não renovação do meu contrato é parte desse processo”.

A decisão do Conselho Departamental fundamentou-se no “parecer circunstanciado” preparado por uma comissão de três professores, relativo ao processo de prorrogação do contrato de trabalho. O professor argumenta que os membros do Conselho não obtiveram acesso antecipado ao conteúdo do “parecer circunstanciado”, e por isso não puderam investigar a veracidade das informações constantes naquele documento. O parecer divulga algumas inverdades, alega o professor, como os dados referentes à carga didática de graduação cumprida e a trabalho de pesquisa, entre outras.

Retaliação

No documento enviado pelo professor Heber ao diretor da Escola Politécnica, são relatados os episódios que

corroboram sua afirmação de que a decisão de não renovar seu contrato está ligada ao esforço de manutenção de poder empreendido pelo “grupo da Mecatrônica”. Dentre eles, dois são significativos:

1) A tentativa de professores que integram a área de Sistemas Mecânicos do PMR de criar um Departamento de Engenharia de Sistemas Mecânicos (PMS) teria sido dificultada dentro da unidade, “em todos os sentidos e instâncias”, pelo grupo que controla o PMR, pois “o estabelecimento do PMS enfraqueceria o atual Departamento de Engenharia de Mecatrônica” e “as nossas vagas, tão almejadas pela chefia do PMR, seriam perdidas”. O professor Heber, signatário da proposta de criação do PMS, afirma que a não prorrogação do contrato de trabalho “é mais uma forma de retaliar o grupo de Sistemas Mecânicos”.

2) Em 2001, na eleição dos membros do Conselho do PMR, a área de Sistemas Mecânicos obteve maioria na representação dos doutores, resultado que equilibraria o Conselho, nesta categoria, entre o grupo da Mecatrônica e o de Sistemas Mecânicos. Contudo, sendo maioria no Conselho, o grupo da Mecatrônica cancelou a eleição da categoria dos doutores. Os professores doutores da área de Sistemas Mecânicos elaboraram então um abaixo-assinado endereçado à Diretoria da Escola Politécnica, em protesto contra o cancelamento da eleição.

“Estes acontecimentos serviram para prejudicar a harmonia no PMR, fazendo com que sua chefia passasse a adotar atitudes retaliatórias contra os professores da área mais afeita à Engenharia Mecânica, na qual me incluo”, conclui o professor Heber, cujo contrato terminou em agosto.

Mecatrônica

O professor Paulo Miyagi, que chefiou o Departamento de Engenharia Mecatrônica e de Sistemas Mecânicos até recentemente, nega que ocorra perseguição ou retaliação aos docentes do grupo de Sistemas Mecânicos. O contrato do professor Heber teria deixado de ser renovado unicamente em razão de problemas relacionados à sua atuação como professor: “Não existe perseguição, de forma nenhuma. O processo foi em função, infelizmente, do desempenho dele como docente, que esteve aquém do esperado”.

O ex-chefe do PMR contesta a interpretação dos episódios citados pelo professor Heber. Sustenta que não se opõe à criação do Departamento de Sistemas Mecânicos: “A maioria dos professores da Mecatrônica é favorável a isso. O que falei, como chefe, é que o assunto depende de outros Departamentos, que têm interface maior com sistemas mecânicos, como Mecânica, Naval e Metalurgia”.

Apesar disso, o professor Miyagi encontrou dificuldades para explicar, em resposta a uma pergunta do *Informativo Adusp*, a demissão de um professor com 15 anos de trabalho na USP: “Ele veio em 1988, numa fase em que a Politécnica estava em expansão e precisava contratar professores. Numa fase inicial, ele ajudou mais em atividades práticas das oficinas”.

Questionado sobre como qualificar o tipo de atividade desenvolvida pelo professor Heber nessa época, o ex-chefe definiu-o como “um trabalho de professor, mas mais de orientação dos alunos”.

Ainda segundo o professor Miyagi, após retornar de seu doutoramento no exterior, em meados de 2000, o professor Heber teria deixado de acei-

tar, em semestres sucessivos, as disciplinas propostas pelo Departamento, sobrecarregando outros docentes. O ex-chefe reconheceu, contudo, que ele tinha direito à licença-prêmio gozada no segundo semestre de 2002, apontada no “parecer circunstanciado” como uma das causas de sua “contribuição mínima para ministrar disciplinas de sua área de conhecimento”.

Recursos

No dia 16/10, a Congregação apreciou e rejeitou um recurso do professor. Vários membros do colegiado falaram em defesa do recorrente, mas pesaram as manifestações, feitas ao final do debate, de que não seria recomendável a Congregação abrir

um “precedente”, anulando uma decisão do Conselho Departamental.

Os números da votação revelam que a Congregação se dividiu: foram 44 votos contrários ao recurso, 24 favoráveis e sete abstenções. Diante da decisão, no dia 22/10 o professor Heber protocolou recurso ao Conselho Universitário. Concomitantemente, resolveu ingressar com ação judicial para ver seus direitos respeitados.

Este caso confirma que a contratação de professores a título precário é inaceitável. Além de inconstitucional, pois servidores públicos devem ser contratados por **concurso público**, a contratação precária gera insegurança e pode expor os professores contratados ao arbítrio das chefias e direções.

Precários são 1.026 na USP

Em atenção a um pedido da Adusp, a Reitoria finalmente forneceu os dados relativos ao contingente de professores contratados a título precário na USP. Sabe-se agora, com base nas informações do Sistema Marte em setembro de 2003, que os professores “precários” são 1.026.

Os dados fornecidos permitem conhecer a quantidade de “precários” por unidade (**ver tabela**). As unidades com maior número de professores nessa situação são a Faculdade de Medicina (96), a Escola de Comunicações e Artes (54), a Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto e a Escola Politécnica (com 53 cada).

O QUADRO DOS CONTRATOS PRECÁRIOS NA USP

CENA	2	FFCLRP	47	IEE	3
ECA	54	FFLCH	32	IF	27
EE	14	FM	96	IFSC	21
EEFE	7	FMRP	53	IGc	9
EERP	4	FMVZ	17	IME	32
EESC	40	FO	41	IO	6
EP	53	FOB	17	IP	6
ESALQ	29	FORP	25	IQ	29
FAU	20	FSP	16	IQSC	8
FCF	25	FZEA	24	MAE	1
FCFRP	17	IAG	7	MAC	3
FD	24	IB	29	MZ	3
FE	41	ICB	34	Total	1026
FEA	39	ICMC	33		
FEARP	37	IEB	1		

Fonte: Reitoria

“Para além das fundações” expõe fragilidade de argumentos de quem defende a privatização

O debate “Para além das fundações”, organizado pelo Diretório Central dos Estudantes, e realizado nos dias 29, 30 e 31/10 em diferentes unidades, revelou uma mudança de atitude dos dirigentes das fundações privadas “de apoio”, que durante algum tempo haviam preferido ausentar-se desse tipo de atividade pública. Apesar disso, não conseguiram evitar que fosse apontada a fragilidade de sua argumentação.

No dia 29, os debatedores foram os professores Francisco Miraglia, vice-presidente da Adusp, André Franco Montoro Filho, da FEA e da Fipe, e Franklin de Almeida, da FFLCH. No dia 30, a mesa reuniu os professores Ciro Correia, do IG, e Guilherme Ary Plonski, superintendente do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). No dia 31, participariam do debate os professores Marcos Magalhães, do IME, Celso Grisi, da FEA e da Fipe, e Telma Zorn, do ICB, e o pós-graduando Wagner Romão, da FFLCH.

Na rodada realizada no Auditório da Mecânica (EP), no dia 30, com a participação de cerca de 80 pessoas, o professor Plonski, que é simultaneamente professor da EP e da FEA, e atua nas fundações Vanzolini e FIA, afirmou que “instituições

privadas voltadas para o bem público são melhores do que instituições públicas voltadas para o bem privado”.

Questionamento

O professor Plonski colocou-se à disposição dos estudantes para fazer, em ocasião futura, uma apresentação detalhada da Fundação Vanzolini (a cujo conselho curador pertence), “com a presença de professores de todos os regimes de trabalho”, com o fim de “esclarecer dúvidas”. O professor foi bastante questionado por alunos que se inscreveram para falar. Um deles declarou-se “ofendido” com as explicações dadas na sua exposição inicial. Ele deixou de responder diretamente a várias perguntas.

O professor Correia, por sua vez, reiterou que a atividade das fundações privadas vinculadas à universidade gera conflito de interesses, na medida em que autoridades da USP (chefes de departamento, diretores, membros de colegiados), não raramente, são também dirigentes das entidades “de apoio”. Além disso, estas remuneram os docentes com quantias “duas, cinco, dez vezes” superiores aos salários recebidos.

Ele leu comentários de juristas que contestam tanto a legalidade quanto a legiti-



Fotos: Daniel Garcia

dade de fundações privadas que se relacionam com entes públicos. Também reafirmou sua convicção de que a oferta de cursos pagos na USP, como em qualquer instituição pública de ensino, é inconstitucional, o que não foi contestado no debate.

O professor citou a declaração de Marlon Weichert, procurador da República em São Paulo, feita no GT Fundações, de que boa parte das fundações privadas vinculadas a universidades públicas são “de encosto, não de apoio”.



Professores Correia e Plonski no debate de 30/10

Votação da PEC 67 segue indefinida

O processo de votação da PEC 67 e das emendas apresentadas ainda não ocorreu no Senado. No dia 30/10 o plenário rejeitou o requerimento da oposição que solicitava o trâmite conjunto das PEC 67 e 77 (esta, a chamada “PEC paralela”), o que torna mais

difícil que as emendas de interesse dos servidores públicos venham a ser contempladas.

O senador Suplicy encampou várias propostas da Adusp: 1) quanto ao direito de opção entre os regimes previdenciários em vigor e o que vier a vigorar após a votação da emenda

com relação aos futuros ingressantes no serviço público; e 2) em relação ao artigo 7º da PEC 67, no sentido de garantir a paridade e a integralidade (também quanto à função de livre-docente e à não descontinuidade da carreira no concurso para titular) dos proventos, além

de regras de transição quanto às novas idades mínimas para aposentadoria (vide detalhes na p. 3 do *Informativo Adusp* 148, de 3/10/2003). Ele conseguiu 27 assinaturas de senadores para essas emendas, que reúnem assim condições de serem levadas à votação no plenário.

Não há notícia, infelizmente, de que a proposta de emenda da Adusp de vincular o sub-teto dos Estados e Municípios ao mesmo valor estabelecido para os desembargadores dos tribunais de justiça tenha sido apresentada por Suplicy ou por qualquer outro senador.